



Volume 7, número 1, jan./abr., 2018
ISSN: 2317-0352

Análise da Teoria da Democracia Racial sob a perspectiva da literatura de Machado de Assis
Analysis of the Theory of Racial Democracy under the perspective of the Machado de Assis literature

Katia Aparecida Rodrigues

Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS – Chapecó). Mestranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS – Chapecó).

E-mail: rodrigues.katia.ap@gmail.com

Resumo

Este artigo busca relacionar a teoria da democracia racial criada a partir da análise da obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, com o contexto brasileiro no período escravocrata. Para a realização da análise, além de dados históricos sobre o período, foram utilizadas obras da literatura de Machado de Assis, um dos maiores autores do realismo brasileiro, que escreveu sobre a escravidão em diversas de suas obras. As literaturas utilizadas são: o livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, publicado em 1881; o conto *Pai Contra Mãe*, de 1906; e a crônica *Bons dias*, publicada em 19 de maio de 1888. Estas três obras relatam situações que demonstram a relação entre senhor e indivíduos escravizados no Brasil escravocrata, que fazem questionar o mito da democracia racial, que ainda hoje permeia muitas das discussões sobre a escravidão no Brasil e suas consequências para a atualidade.

Palavras-chave: Teorias raciais e eugênicas; Escravidão; Democracia racial; Literatura.

Abstract

This article seeks to relate the theory of racial democracy created from the analysis of the work of Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, with the Brazilian context in the enslaved period. Machado de Assis, one of the greatest authors of Brazilian realism, wrote about slavery in several of his works, in addition to historical data on the period. The literatures used are: the book *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, published in 1881; the *Pai contra Mãe* tale of 1906; and the *Bons dias* chronicle published on May 19, 1888. These three works relate situations that demonstrate the relationship between lord and individuals enslaved in slave-owning Brazil, which call into question the myth of

racial democracy that still pervades many of the discussions about slavery in the Brazil and its consequences for the present.

Keywords: Racial and eugenic theories; Slavery; Racial democracy; Literature.

1 Introdução

A atual conjuntura política e social do nosso país nos faz refletir sobre as questões raciais e como a história da nossa colonização interfere na forma como percebemos as relações sociais atualmente. Os séculos XIX e XX são marcados por discussões sobre a questão racial no Brasil. De um lado, as teorias raciais e eugênicas que viam na miscigenação um problema a ser resolvido; de outro, superando esta visão, a discussão trazida por Gilberto Freyre, de que a miscigenação seria a grande vantagem brasileira.

Ao escrever o livro *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre prioriza a análise cultural e não racial e pretende combater as teorias raciais que viam a miscigenação como a degradação das raças. Publicado no início da década de 1930, a análise proposta por Freyre oferece uma nova perspectiva de análise da colonização portuguesa no Brasil. O autor utiliza de fatos do cotidiano para entender as relações que formaram a sociedade brasileira.

Nesta obra analisa as relações entre os atores sociais, senhores, índios e pessoas escravizadas e como esta miscigenação resultou na formação do Brasil. Na perspectiva de Gilberto Freyre esta formação se deu pela relação de equilíbrio entre estes atores, o principal equilíbrio estava representado na relação de senhores e indivíduos escravizados. Esta visão desenvolveu o mito da democracia racial, ou seja, a ideia de que no Brasil a colonização foi pacífica e a estrutura familiar possibilitou a transição da pessoa escravizada entre a casa grande e a senzala. Entender a colonização desta forma fez com que se acreditasse que o Brasil não sofreria com o racismo e o preconceito.

No entanto, quando buscamos outras fontes de pesquisa, nos deparamos com relatos que contradizem o equilíbrio proposto por Gilberto Freyre. É o caso da literatura, que em diversos momentos relatou, mesmo que de forma ficcional, as relações de poder entre senhores e indivíduos escravizados. Machado de Assis é um dos autores brasileiros que inaugura o realismo no país e que relata de forma crítica esta relação.

2 Democracia racial e escravidão no Brasil

A questão racial gerou diversas discussões ao longo do tempo. No final do século XIX e início do século XX, teorias raciais tiveram mais espaço, acreditava-se que haviam raças superiores umas às outras e que as características físicas estavam relacionadas com as características morais e intelectuais. Esta ideia foi preconizada por vários teóricos e, neste contexto, surge o chamado racismo científico e a tese da eugenia. No Brasil, esta tese foi fortemente influenciada pelo ensaísta francês Arthur de Gobineau (1816-1882) e pelo médico italiano Cesare Lombroso (1835-1909).

Para Gobineau, existiriam apenas três raças consideradas puras: branca, negra e amarela. As variações seriam resultado da miscigenação entre essas raças. Como cada raça possui, segundo ele, características próprias, a miscigenação resultaria na degeneração da raça branca, considerada mais evoluída, embora contribuísse para a evolução das raças inferiores, negra e amarela (SILVA et al., 2013).

Nesta perspectiva, quanto mais um país fosse miscigenado, maior o nível de degeneração. Muitos autores, como João Baptista de Lacerda, a partir desta teoria, começaram a defender o “branqueamento” da população brasileira, acreditando que o problema do Brasil era a miscigenação e que só seria possível desenvolver o país através deste método. Sendo assim, foram criados mecanismos de favorecimento à imigração de europeus com o objetivo de “branquear” a população brasileira (SILVA et al., 2013).

No entanto, partir de 1930, um novo contexto é estabelecido. Com o fracasso das teorias eugênicas, buscou-se a construção de uma identidade nacional que valorizasse as diferenças étnicas que formam a sociedade brasileira. Ao escrever o livro *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre busca contribuir com essa ideia através da discussão cultural, muito mais do que racial. Tendo a cultura como ponto de partida, o autor traça as diferenças que resultariam na sociedade brasileira, uma sociedade nova, híbrida e singular.

Nesta análise, Freyre salienta também as características do nosso colonizador, um português que já havia tido contato com outros povos e que tinha como característica uma colonização por proximidade. Esta prática se dava por conta das características geográficas de Portugal, que era pequeno e com exército reduzido, logo, a estratégia de conquista não poderia se dar apenas por conta da força. A aproximação era também uma estratégia de guerra. Esta aproximação culminava no que foi chamado de família estendida. Neste sentido, no Brasil, houve a possibilidade do negro escravizado fazer parte desta família estendida, já que Portugal permitia o registro dos filhos ilegítimos. A família estendida permitiu o hibridismo, ou seja, a possibilidade de transição do indivíduo escravizado entre a casa grande e a senzala.

Esta perspectiva culmina na crença freyriana de que há um “equilíbrio de antagonismos”.

Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo (FREYRE, 20013, p. 116).

Ou seja, para Freyre, senhor e escravo, na formação da sociedade brasileira, são atores com o mesmo peso social, são opostos em equilíbrio. Esta visão de Gilberto Freyre desenvolveu uma tese que ficou conhecida como “democracia racial”, que foi desenvolvida por autores que se apropriaram das análises de Freyre para propagar a ideia de que no Brasil não há problemas referentes à discriminação por raça e cor e que a miscigenação no Brasil proporcionou uma relação democrática entre as raças, reforçando a ideia de que não há preconceito no país.

Para compreender as teorias desenvolvidas a partir do fim do século XIX e durante o século XX, as teorias raciais e eugênicas e também a teoria da democracia racial, é importante conhecer brevemente algumas características do Brasil nesse contexto. A escravidão teve início na metade do século XVI com a produção de açúcar. Os escravos, que eram trazidos das colônias portuguesas em África, eram vendidos como mercadorias. O transporte dos escravos era feito com os navios negreiros, onde muitos deles morriam, tendo seus corpos jogados ao mar (SOUSA, 2015)

Nas fazendas, os escravos eram tratados da pior maneira possível, recebiam constantes castigos e torturas. As mulheres, em sua maioria, eram utilizadas em trabalhos domésticos nas “casas grandes”

A escravidão foi uma instituição nacional. Penetrou toda a sociedade, condicionando seu modo de agir e de pensar. O desejo de ser dono de escravos, o esforço por obtê-los ia da classe dominante ao modesto artesão branco das cidades. Houve senhores de engenho e proprietários de minas com centenas de escravos, pequenos lavradores com dois ou três, lares domésticos, nas cidades, com apenas um escravo (FAUSTO, 1996, p. 41)

No século XVIII, muitos escravos conseguiram sua liberdade com a carta de alforria, que poderia ser gratuita ou comprada. No entanto, a gratuidade é relativa, já que, “apesar de não haver dispêndio financeiro ou de trabalho neste tipo de carta, é evidente que a maioria dos escravos a pagou com anos de trabalho árduo” (ALMEIDA, 2009, p. 166). A maioria das cartas era conseguida a partir do pagamento aos senhores, geralmente valores muito altos, o que fazia com que mesmo depois de livres, os indivíduos escravizados contraíssem dívidas com terceiros e trabalhassem sobre condições precárias, muito semelhantes às anteriores à sua liberdade (ARIZA, 2013).

A partir do século XIX, as pressões internas e externas para o fim da escravidão começam a ser mais fortes. Em 1850, o Brasil aprovou a Lei Eusébio de Queiróz, que pôs fim ao tráfico negreiro,

fazendo com que o número de cartas de alforrias diminuísse, já que conseguir um escravo se tornou mais difícil. Em 28 de setembro de 1871 é aprovada a Lei do Ventre Livre, dando liberdade para os filhos dos escravos nascidos posteriormente à promulgação da lei, que deveriam ficar com suas mães até os oito anos, quando então o senhor poderia entregá-lo ao Estado, mediante indenização de 600 mil réis em título de renda, ou então deveria ficar com ele, utilizando de seus serviços, até que ele completasse vinte e um anos de idade. Essa lei foi muito criticada pelos abolicionistas, já que o “liberto” trabalharia para o senhor durante o seu período de vida mais produtivo, não alterando de forma significativa as relações entre senhor e escravo (REZENDE, 2011). No ano de 1885 é promulgada a Lei dos Sexagenários, garantindo a liberdade para os escravos maiores de sessenta anos de idade. No entanto, esta lei também foi pouco efetiva, já que a maioria das pessoas escravizadas não chegava a essa idade.

No século fim do século XIX, com o capitalismo em ascensão, o modelo escravocrata começa a ser considerado ultrapassado e, mesmo com a resistência da elite brasileira, o movimento abolicionista começa a ganhar força. Em 13 de maio de 1888, após um longo período de lutas e resistências das pessoas escravizadas e de outras pessoas engajadas com a causa, a escravidão no Brasil chegou ao fim. No entanto, mesmo após o fim da escravidão, a situação de exploração continuou. Muitos indivíduos escravizados foram expulsos das fazendas onde trabalhavam, ficando sem trabalho, moradia ou qualquer condição digna de vida, às margens da sociedade brasileira.

O fim da escravidão não significou o fim da exploração. Os indivíduos antes escravizados não conseguiam uma colocação digna na sociedade, eram considerados inaptos para os trabalhos que começam a surgir com a industrialização do país, e inferiores aos demais em todos os sentidos. Esse contexto explica porque a elite brasileira (conservadora desde então) e alguns intelectuais defendiam as teorias eugênicas e também porque, mais tarde, teorias como a de Gilberto Freyre ganham espaço na tentativa de conciliar passado e presente, mostrando que a “mestiçagem e o hibridismo [...] não são apenas uma característica, mas uma vantagem do Brasil” (CARDOSO, 2003 apud FREYRE, 2003).

3 Relatos da escravidão na literatura de Machado de Assis

Além dos dados históricos sobre o período, a relação entre senhor e indivíduos escravizados foi abordada sob diferentes perspectivas. Para analisar estas relações a partir de outro ponto de vista, a literatura pode contribuir de forma muito significativa ao relatar fatos do cotidiano. Ao longo dos anos, foram vários os autores que em suas obras mostraram como se dão as relações deste período da nossa história.

Machado de Assis é um dos autores mais lembrados quando se trata da descrição da relação entre senhores e pessoas escravizadas. O autor nasceu em 21 de junho de 1839, na cidade do Rio de Janeiro. Filho de um operário mestiço de português e negro, sua mãe morreu quando ele ainda era muito novo, sendo então criado por sua madrasta, também mulata (NOGUEIRA JUNIOR, 2015), falecendo em 29 de setembro de 1908. As obras utilizadas para este artigo são o livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, o conto *Pai contra mãe* e o conto *Bons dias*.

Memórias Póstumas de Brás Cubas, publicado em 1881, foi considerado um dos marcos do realismo na literatura brasileira. A obra é inovadora em vários aspectos, já que o personagem narra a história tendo como início a sua morte. A narrativa busca entender os conflitos psicológicos dos personagens, bem como retrata as características do Brasil da época. “Nessa discussão, travada em todo romance, percebe-se claramente as relações entre capitalismo, classes sociais, cientificismo, positivismo e escravidão. O enredo da obra sustenta-se na história brasileira, de modo a dar significado a ela por meio de referências implícitas ou explícitas” (CARVALHO; COSENTINO, 2015, p. 2).

Brás Cubas foi desde pequeno tratado de forma muito mimada pelo seu pai, ao crescer se tornou funcionário público, estudou em Portugal e, por influência do pai, almejava ser deputado.

Esta narrativa relata em diversos momentos as condições e a posição dos negros no Brasil Imperial. Durante a narrativa, as classes sociais são representadas, a elite agrária, por Brás Cubas; os escravos livres e não livres por Prudêncio e a classe livre trabalhadora por Dona Plácida (CARVALHO; COSENTINO, 2015).

A relação entre as duas primeiras classes, elite agrária e escravos, é relatada já no início da narrativa, quando Brás Cubas narra uma experiência de sua infância com o então menino Prudêncio.

Desde os cinco anos merecera eu a alcunha de “menino diabo”; e verdadeiramente não era outra coisa; fui dos mais malignos do meu tempo, arguto, indiscreto, traquina e voluntarioso. Por exemplo, um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher do doce de coco que estava fazendo, e, não contente com o malefício, deitei um punhado de cinza ao tacho, e, não satisfeito da travessura, fui dizer à minha mãe que a escrava é que estragara o doce “por pirraça”; e eu tinha apenas seis anos. Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia – algumas vezes gemendo –, mas obedecia sem dizer palavra, ou quando muito, um “ai, nhonhô!”, ao que eu retorquia: – Cala a boca, besta! – (...) (ASSIS, 2010, p. 34).

Nesse trecho do livro, além do caráter realístico da obra, pode-se observar a condição do negro neste contexto, bem como a relação hierárquica que se estabelece. A transformação do sujeito em objeto é notável, o menino escravo se transformou em brinquedo do seu senhor.

Outro momento de “coisificação” e “animalização” é quando Brás Cubas, ainda menino, acompanha o pai em um jantar, em que membros da elite falavam do comércio de escravos.

Um sujeito, ao pé de mim, dava a outro a notícia recente dos negros novos, que estavam a vir, segundo cartas que recebera de Loanda, uma carta em que o sobrinho lhe dizia ter já negociado cerca de quarenta cabeças, e outra carta em que...Trazia-as justamente na algibeira, mas não as podia ler naquela ocasião. O que afiançava é que podíamos contar, só nessa viagem, uns cento e vinte negros, pelo menos (ASSIS, 2010, p. 39).

No decorrer do livro, várias referências são feitas aos escravos, como numa passagem em que, ao visitar uma amiga, relata: “Achei-a a repreender um preto jardineiro, mas deixou tudo para vir falar-me (...)” (ASSIS, 2010, p. 67).

O pai de Brás Cubas morre logo que o filho volta ao Brasil e tem a primeira tentativa de se tornar deputado frustrada. Ao discutir a separação dos bens com sua irmã Sabina e o Cunhado (esposo de Sabina) Cotrim, mais uma vez aparece a relação de posse e a posição dos escravos, Sabina fala: “(...) podemos arranjar tudo em boa amizade, e com lisura. Por exemplo, Cotrim não aceita os pretos, quer só o boleeiro de papai e o Paulo...” (ASSIS, 2010, p. 84). Na sequência, quando Cotrim decide ficar com os dois escravos, Brás Cubas informa que Prudêncio, o escravo que na infância fora feito de brinquedo por Cubas, havia sido liberto. Exacerbado Cotrim diz: “Livre? Como seu pai arranja estas coisas cá por casa, sem dar parte a ninguém! Está direito. Quanto à prata... creio que não libertou a prata?” (ASSIS, 2010, p. 84).

A propriedade e a visão do escravo como instrumento de trabalho doméstico é percebido quando o mesmo é comparado com a prata da casa, logo não é um ser humano, não tem emoções, sentimentos, direitos ou qualquer outra característica humana, e não merece ser livre.

Alguns escravos, depois de libertos, tinham como ofício pegar escravos fugidos para devolver aos senhores, que prometiam recompensas pelo escravo fujão, ou então acabavam possuindo escravos. Foi o que aconteceu com Prudêncio. Algum tempo depois, Brás Cubas se depara com a seguinte situação

Tais eram as reflexões que eu vinha fazendo, por aquele Valongo fora, logo depois de ver e ajustar a casa. Interrompeu-mas um ajuntamento; era um preto que vergalhava outro na praça. O outro não se atrevia a fugir; gemia somente estas únicas palavras: - Não, perdão, meu senhor; meu senhor, perdão! - Mas o primeiro não fazia caso, e, a cada súplica, respondia com uma vergalhada nova.

- Toma, diabo! - dizia ele; toma mais perdão, bêbado!

- Meu senhor! - gemia o outro.

- Cala a boca, besta! - replicava o vergalho.

Parei, olhei...Justos céus! Quem havia de ser o do vergalho? Nada menos que o meu moleque Prudêncio - o que meu pai libertara alguns anos antes. Cheguei-me; ele deteve-se logo e pediu-me a bênção; perguntei-lhe se aquele preto era escravo dele.

- É, sim, nhonhô.

- Fez-te alguma coisa?

É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber.

- Está bom, perdoa-lhe – disse eu.

- Pois, não, nhonhô. Nhonhô manda, não pede. Entra pra casa, bêbado! (ASSIS, 2010, p. 110)

Ao refletir sobre o assunto, depois de não estar mais atordoado, Cubas chega à conclusão de que

Era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas – transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. Vejam as sutilezas do maroto! (ASSIS, 2010, p. 110).

Este trecho do texto nos leva a outra obra de Machado de Assis, o conto *Pai contra Mãe*, que foi publicado em 1906. O conto tem como ambiente o Brasil antes da abolição e relata a miséria que envolvia grande parte da população da época, principalmente os ex-escravos, aqueles que com muito custo conseguiam sua liberdade. Com o teor realista das obras do autor, relata a escravidão e as relações que se formam a partir desta condição.

Ao iniciar o texto, o autor já sinaliza como entende a escravidão: uma instituição social, “a escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais” (ASSIS, 1998, p. 90).

O conto relata a história de Cândido, um jovem pobre que depois de tentar várias profissões começou a procurar e prender escravos fugitivos. Essa prática se tornou muito comum, principalmente após as leis que começaram a libertar escravos. Os escravos fugitivos procuravam se misturar aos escravos livres para que a localização se tornasse mais difícil. (PIMENTA; ALENCASTRO, 2015) De forma irônica, Machado de Assis relata esta prática, “há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada” (ASSIS, 1998, p. 91).

É neste contexto que Cândido começa a procurar e prender os escravos que fugiam, pois precisava sustentar sua mulher, com quem acabara de casar, e seu filho que estava à caminho. Todos os dias Cândido pegava o jornal e lia os anúncios dos escravos fugitivos, os anúncios eram bem detalhistas, cicatrizes, marcas de nascença, tudo que pudesse ajudar na captura do escravo era colocado no jornal. Com as informações necessárias, Cândido saía de casa para tentar capturar um escravo e ganhar dinheiro para poder sustentar sua família.

A tia da esposa de Cândido, que os ajudava, acreditava que o nascimento do bebê pioraria a situação familiar, já que teria mais uma pessoa para ser alimentada. A solução ofertada pela tia era de dar a criança para ser criada por outra família, o que não era aceito por Cândido e sua esposa.

No dia do nascimento da criança, a decisão estava tomada: seria ela colocada para adoção. Neste desespero, alguns dias depois, Cândido pega seu filho para entregá-lo, antes olha mais uma vez para o jornal para ver os escravos fugidos e as recompensas. “As gratificações pela maior parte eram promessas; algumas traziam a soma escrita e escassa. Uma, porém, subia a cem mil-réis. Tratava-se de uma mulata; vinham indicações de gesto e de vestido” (ASSIS, 1998, p. 101).

No caminho, Cândido encontra a escrava fugitiva, pede ajuda ao farmacêutico para que fique com a criança um instante e sai para capturar a escrava. Ao encontrá-la, chama-a,

Arminda voltou-se sem cuidar malícia. Foi só quando ele, tendo tirado o pedaço de corda da algebeira, pegou dos braços da escrava, que ela compreendeu e quis fugir. Era já impossível. Cândido Neves, com as mãos robustas, atava-lhe os pulsos e dizia que andasse. A escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguém viria libertá-la, ao contrário. Pediu então que a soltasse pelo amor de Deus (ASSIS, 1998, p. 103).

Para surpresa de Cândido, Arminda estava grávida e implorava para ficar livre ou até mesmo para tornar-se sua escrava, qualquer coisa, menos voltar para o antigo senhor. Durante o caminho, houve muita resistência da escrava, o que apenas prolongou sua chegada à casa do senhor. Chegando lá, Cândido anuncia que encontrou a escrava fugitiva e é neste momento que Cândido e os leitores se deparam com a cena mais marcante do conto,

Arminda caiu no corredor. Ali mesmo o senhor da escrava abriu a carteira e tirou os cem mil-réis de gratificação. Cândido Neves guardou as duas notas de cinquenta mil réis, enquanto o senhor novamente dizia à escrava que entrasse. No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta a escrava abortou (ASSIS, 1998, p. 104).

Sem querer presenciar o decorrer da história, Cândido volta com pressa para pegar o seu bebê novamente, já que agora ele tinha dinheiro para convencer a tia para que ficassem com a criança. Ao chegar em casa, explicou o que havia acontecido e se justificou por ter voltado com a criança. A tia não se mostrou muito contente, mas concordou, já que agora tinham o dinheiro, “Disse, é verdade, algumas palavras duras contra a escrava, por causa do aborto, além da fuga. Cândido Neves, beijando o filho, entre lágrimas, verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava do aborto” (ASSIS, 1998, p. 105). Assim termina o conto, mostrando a luta pela sobrevivência e os medos que marcaram o período escravocrata do nosso país.

Machado de Assis, nestas duas obras e em tantas outras que escreveu, consegue expressar as condições vividas pelos indivíduos escravizados, condições de castigos e maus tratos. Mostra também a relação de poder, poder este exercido pelos senhores de escravos, que viam nestes uma propriedade, uma coisa, um objeto de trabalho.

Em 19 de maio de 1988, no mesmo mês do fim da escravidão, Machado de Assis, publica um conto onde ironiza este fato. *Bons dias* é de tamanha genialidade que continua sendo atual e nos faz pensar até que ponto “libertar” as pessoas escravizadas contribuiu para sua efetiva liberdade. No texto, Machado de Assis cria um personagem que pretendia ser deputado e que liberta seu escravo antes da lei ser promulgada, já que, como um bom cristão, entendia que a liberdade deveria ser para todos e pretendia que outros tomassem a mesma atitude. Em um jantar, anuncia a liberdade de seu escravo Pancrácio, que fica extremamente agradecido, ao que o futuro deputado escreve: “Todos os lenços comovidos apanharam as lágrimas de admiração. Caí na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo” (ASSIS, 1973, p. 490).

No dia seguinte, chama o escravo e propõe-lhe trabalho remunerado, ao passo que o escravo aceita esta condição. Aceita também um “peteleco” no dia seguinte

Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí pra cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre (ASSIS, 1973, p. 491).

Tudo corria bem para o futuro deputado, já que mandaria uma carta aos seus eleitores e nesta carta diria que “(...) antes, muito antes da abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, (...), que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar, (simples suposições) é então professor de filosofia no Rio das Cobras” (ASSIS, 1973, p. 491).

Neste momento, assim como em outros desta obra e das demais, é possível problematizar a tese de Gilberto Freyre, de que senhores e escravos eram “opostos em equilíbrio”. Não há equilíbrio em uma relação de poder. Machado de Assis, ao escrever estas obras, mostra que mesmo depois do fim da escravidão o escravo continuou subjugado aos mandos da sociedade escravocrata. O escravo foi “liberto” sem nenhum respaldo social e econômico sendo, muitas vezes, obrigado à continuar na mesma situação de exploração.

Este comportamento pode ser associado às características patriarcais da sociedade brasileira, uma vez que o senhor era visto como aquele que ensinava e o castigo era tido como um cuidado, mesmo que causasse dor e humilhação. O papel do “pai” é educar, podendo assim usar de uma

violência hierárquica, atitude que, como vimos através da obra analisada, repercutiu mesmo depois do fim da escravidão.

As consequências deste período histórico estão presentes até os dias atuais, as situações de desigualdades e preconceitos são heranças desse período e do fim ilusório que foi proposto na época para algo que precisava de engajamento social e político para se ter soluções efetivas.

4 Considerações finais

A literatura sempre se mostra importante, ainda mais quando ela se torna crítica e questionadora. Em relação à escravidão e ao seu fim, muitos foram os escritores que utilizaram a literatura para denunciar os abusos da época e reivindicar as leis abolicionistas. Muitos pesquisadores buscam entender o papel destes escritores e suas contribuições para a causa dos negros no Brasil. A historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto, da Universidade de Brasília, pesquisa como literatos negros ou descendentes atuaram na imprensa de São Paulo e Rio de Janeiro e como tiveram papel importante nos debates públicos acerca da defesa dos direitos dos brasileiros. Ao criticar a escravidão, estes autores lutaram contra a ordem estabelecida na época (ALVES FILHO, 2015).

Estas análises permitem entender como a sociedade em que vivemos se constituiu. Embora haja uma cidadania formal, com leis que criminalizam o preconceito e a discriminação, há um longo caminho a se percorrer para se alcançar a cidadania real, onde de fato haja igualdade. Casos de preconceitos raciais e discriminação continuam acontecendo, fruto de uma sociedade escravocrata que nunca se preocupou na resolução efetiva do problema da escravidão.

Referências

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Da prática costumeira à alforria legal*. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/227/245>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

ARIZA, Marília Bueno de Araújo. *Trabalho e alforria: libertandos locadores de serviços em São Paulo e Campinas (1830-1888)*. 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364702054_ARQUIVO_anpuh2013-trabalhoalforria.pdf>. Acesso em 02 abr. 2018.

ASSIS, Machado de. Pai contra mãe. In: ASSIS, Machado de. *Contos*. Porto Alegre: L&PM, 1998. p. 90-105.

_____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2010.

_____. Bons dias. In: ASSIS, Machado de. *Obra Completa*, Vol III. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1973. p. 489-491.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. In: FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. 47ª ed. São Paulo: Global, 20013.

CARVALHO, Rafaela Rodrigues da Silva; COSENTINO, Daniel do Val. *Escravidão em Machado De Assis: uma análise da obra “Memórias póstumas de Brás Cubas”*. 2015. Disponível em: <http://cihe.fffch.usp.br/sites/cihe.fffch.usp.br/files/Rafaela_Carvalho.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil: História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias*. 1996. Disponível em: <[http://www.argumento.com.br/cpd/downloads/material_didatico/C3ME/História do Brasil \(Boris Fausto\).pdf](http://www.argumento.com.br/cpd/downloads/material_didatico/C3ME/História_do_Brasil_(Boris_Fausto).pdf)>. Acesso em: 02 de abr. 2018.

ALVES FILHO, Manuela Alves. *Tese analisa a conexão entre literatos negros abolicionistas*. 2015. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/tese-analisa-a-conexao-entre-literatos-negros-abolicionistas/-gs.BQmunMg>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. 47. ed. São Paulo: Global, 20013.

NOGUEIRA JUNIOR, Arnaldo. *Machado de Assis*. 2015. Disponível em: <http://www.releituras.com/machadodeassis_bio.asp>. Acesso em: 10 nov. 2015.

PIMENTA, Denisia Gomes; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Pai contra Mãe (Conto), de Machado de Assis*. 2015. Disponível em: <http://www.passeiweb.com/estudos/livros/pai_contra_mae_conto>. Acesso em: 22 nov. 2015.

REZENDE, Rodrigo Castro. Paternalismo e liberdade no norte de Minas Gerais oitocentistas. In: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (Orgs). *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: PPGHistória-UFF, 2011. p. 143-163.

SILVA, Afrânio et al. *Sociologia em movimento*. São Paulo: Moderna, 2013.

SOUSA, Rainer Gonçalves. *Escravidão no Brasil*. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiab/escravidao-no-brasil.htm>>. Acesso em 22 de novembro de 2015.

Recebido em: 25 de julho de 2017

Aceito em: 16 de maio de 2018